

Apagão atinge Portugal, Espanha e outros países

Fenômeno raro pode levar dias para ser totalmente resolvido

Liz Tamane
Especial para A VOZ DA SERRA

Um apagão de grandes proporções atingiu nesta segunda-feira, 28, Portugal e Espanha, afetando o fornecimento de energia elétrica em várias regiões da Península Ibérica. De acordo com a operadora elétrica portuguesa Redes Energéticas Nacionais (REN), a causa do corte de energia foi um fenômeno atmosférico raro, conhecido como “vibração atmosférica induzida”.

Segundo comunicado divulgado pela REN, o apagão foi provocado por oscilações anômalas em linhas de muito alta tensão (400 KV), resultado das variações extremas de temperatura no interior da Espanha. Esse tipo de vibração, causada principalmente por ventos intensos, pode gerar movimentações de alta frequência e pequena amplitude nos cabos de transmissão, comprometendo sua estrutura e, em casos mais graves, interrompendo o fornecimento de energia, como ocorreu.

As interrupções começaram por volta das 12h30 (horário local) em Madri e às 11h30 em Lisboa, afetando diversas áreas urbanas e rurais. O impacto foi sentido em serviços essenciais:

trens, linhas de metrô e aeroportos internacionais sofreram paralisações e atrasos. Partes do País Basco também foram atingidas, embora a interrupção nessa região tenha sido breve.

A fornecedora de energia espanhola Red Electrica informou que o restabelecimento total do serviço pode levar de seis a dez horas. Já a REN estima que, em Portugal, a recuperação completa da rede elétrica possa demorar até uma semana, dada a complexidade dos reparos necessários nas linhas de transmissão.

As autoridades espanholas emitiram recomendações de emergência, pedindo que a população evite deslocamentos desnecessários, use os serviços de emergência apenas em casos extremos e mantenha-se afastada das estradas para permitir o trabalho de socorristas. Em Portugal, a polícia reforçou o alerta para o risco de falhas em semáforos e na iluminação pública, orientando motoristas a redobrar a atenção e, se possível, adiar deslocamentos.

A companhia aérea portuguesa TAP Air também emitiu um comunicado recomendando que os viajantes não se dirijam aos aeroportos até que a situação esteja normalizada. Muitos voos enfrentam atrasos ou cancelamentos devido à instabilidade no fornecimento de energia.

A vibração atmosférica induzida ocorre quando fatores ambientais, como variações extremas de temperatura e ventos fortes, provocam movimentações nos cabos das linhas de transmissão elétrica. Essas vibrações de alta frequência, ainda que de pequena amplitude, podem gerar pressão contínua nos cabos, desgastando-os e comprometendo sua capacidade de funcionamento.

Em casos graves, como o registrado na Península Ibérica, o fenômeno pode causar danos estruturais e até a interrupção completa da transmissão de energia, exigindo intervenções técnicas demoradas para o restabelecimento da rede.

Estetipo de ocorrência é raro e, por isso, apresenta grandes desafios para as operadoras de energia. Segundo especialistas, eventos climáticos extremos e a intensificação de fenômenos atmosféricos têm se tornado mais frequentes em consequência das mudanças climáticas, o que exige atenção redobrada das autoridades de infraestrutura.

VÁRIOS SETORES AFETADOS

Além dos transtornos nos transportes pú-



blicos e no tráfego, o apagão afetou hospitais, escolas e empresas, com interrupções temporárias de serviços e dificuldades de comunicação. Geradores de emergência foram acionados em várias instituições críticas para garantir a continuidade de operações essenciais.

Nas redes sociais, moradores de diversas regiões relataram momentos de tensão e incerteza, especialmente nas grandes cidades, onde a dependência de sistemas elétricos é maior. Também circularam imagens de trens parados em túneis e passageiros sendo orientados a deixar estações a pé.

As equipes técnicas da REN e da Red Electrica continuam mobilizadas para a restauração do sistema, monitorando as condições atmosféricas e avaliando os danos às linhas de transmissão. Ainda não há previsão exata para a normalização total em todas as áreas afetadas.

CONCESSIONÁRIA ROTA 116 S/A

CNPJ Nº 04.252.787/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Funcionários: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos, a seguir, as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhados de parecer dos Auditores Independentes. Relativamente ao cenário econômico nacional apresentado no ano anterior, a Companhia continua percebendo que o tráfego de veículos, vem se mantendo estável, porém bem abaixo do previsto no contrato. As quatro praças de pedágio vem mantendo-se estáveis em relação ao ano anterior. Como a Administração está sempre atenta à permanente utilização racional dos recursos humanos e financeiros, aplicando, sempre que necessário, medidas de redução de custos e despesas, e diante da incerteza do cenário econômico, que o País vem enfrentando, também afetado pelo cenário internacional, a Empresa vem enviando todos os esforços na conservação e manutenção do pavimento, na sinalização em prol da segurança dos usuários e nos Projetos Ambientais e de Preservação da Fauna. A Concessionária, aguarda a análise e admissão do processo de prorrogação do prazo contratual, em prazo igual ao inicialmente concebido, uma vez que reúne todas as condições técnicas e operacionais para tanto, de acordo com a possibilidade de prorrogação do contrato de concessão, conforme Cláusula Sexta, do Contrato de Concessão nº 06/2001. Ademais, o pedido recíproco contratual protocolado em 2017 e da concessão alteração do cenário inicial, as premissas e fundamentos do pedido de reequilíbrio contratual foram atualizadas em dezembro de 2018, abordando pontos como a imprevisibilidade na redução do índice de veículos em comparação aos estudos elaborados pela Administração em 1999, o aumento exponencial de motocicletas na rodovia, as concessões concedidas pelo Estado sem previsão orçamentária, dentre outros. Atualmente, o pleito encontra-se em análise perante os órgãos técnicos e jurídicos da Agência Reguladora. A Companhia trabalha em um ambiente ético, oferecendo aos seus Usuários conforto, qualidade, fluidez e segurança. Também investe sistematicamente em treinamentos comportamentais em seus processos administrativo-operacionais, através de mecanização e integração dos diversos sistemas gerenciais. Desta forma, atinge seu objetivo principal, que se resume em atender plenamente o nosso Cliente e os nossos Acionistas, com total comprometimento da Empresa, tendo como premissa fundamental o Apoio, Confiança e Respeito. Agradecemos a todos nossos parceiros - fornecedores, prestadores de serviços e financiadores, que contribuíram para chegarmos juntos até aqui, trabalhando sempre em parceria tanto nos problemas, quanto em suas soluções. Finalmente, agradecemos em especial, a todos nossos Funcionários que com profissionalismo e dedicação contribuíram e têm contribuído, para a realização de nossas metas e desafios, pois só trabalhando com espírito de equipe é que conseguimos sobrepujar nossas dificuldades através do princípio da plurifunção e da complementaridade. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)			
	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.647.927	14.953.247
Contas a receber - numerário em trânsito		5.636.555	5.486.326
Bloqueio Judicial	5	6.912.724	-
Outros créditos	6	1.669.936	1.007.323
Despesas antecipadas		267.902	684.987
		34.135.044	22.131.883
Não Circulante:			
Realizável a longo prazo			
Outros créditos	6	643.475	636.188
		643.475	636.188
Intangível	7	71.278.938	86.083.268
		71.922.413	86.719.456
		106.057.457	108.851.339
Total do ativo			
	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante:			
Fornecedores		2.004.286	2.008.803
Partes relacionadas	8	5.779.332	18.688.984
Obrigações sociais e fiscais	9	10.615.573	6.367.055
Parcelamento de impostos	10	441.702	607.616
Provisões para férias e encargos sociais		1.064.200	1.017.818
Provisões para investimentos em obras futuras	11	22.340.250	9.540.080
Contingências e outras contas a pagar	12	1.341.971	357.637
		43.587.114	38.650.641
Não Circulante:			
Parcelamento de impostos	10	5.522.430	7.230.287
Provisão de investimentos futuros	13	85.079.497	85.079.497
		90.601.927	92.309.784
Patrimônio líquido			
Capital social	14	22.541.965	22.541.965
Prejuízos acumulados		(50.673.549)	(44.651.051)
		(28.131.584)	(22.109.086)
		106.057.457	108.851.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

1 - Contexto Operacional: A Companhia tem por objeto exclusivo a exploração, no regime de Concessão, pelo Poder Concedente à Concessionária, dos serviços que envolvem a exploração e operação do Sistema Viário Itaboraí - Nova Friburgo - Cantagalo abrangendo as rodovias: RJ-116, trecho entroncamento RJ-104 (Itaboraí) - entroncamento RJ-172 (Macuco); e o trecho da RJ-104 compreendido entre o entroncamento BR-101 (contorno de Itaboraí - Duques) e o entroncamento com RJ-116. O prazo de duração da Concessionária é de vinte e cinco anos, que se expira em março de 2026, podendo ser prorrogável pelo mesmo período em que for prorrogado o Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo como seu representante o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro - DER-RJ, originário do Edital de Concorrência Nacional nº 01/99 - DER-RJ, sendo devidamente registrado, na Junta Comercial do Estado, NIRE 33.300.267.786. Em 23 de novembro de 2022, a Companhia protocolou junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANS), o pedido de Prorrogação do Prazo Contratual, por período igual ao originalmente pactuado, conforme Parágrafo Segundo, da Cláusula Sexta, do Contrato de Concessão. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Em 2024 e 2023 a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 31 de março de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às vezes utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes: **3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Registros contábeis:** Os registros contábeis das transações consideraram o regime de competência dos exercícios. **b) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo intangível, provisão para contingências, etc. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **c) Intangível:** A Companhia reconhece o ativo intangível originado do Contrato de Concessão como direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, determinado e mensurado pelo valor dos custos gerados. A amortização acumulada está sendo realizada pelo prazo de duração da concessão da rodovia. Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição e formação e deduzidos da respectiva amortização. **d) Avaliação do valor recuperável de ativos (impairment test):** Os ativos da Companhia são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e se houver a mesma é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Em 2024 e 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Companhia. **e) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço. **f) Impostos e contribuições sociais a recolher:** As declarações de rendimentos, os impostos, as contribuições sociais e os demais tributos estão sujeitos às revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislações específicas. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h) Tributação:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$240.000 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, em conversão à Medida Provisória 627/2013, que altera a legislação tributária federal, extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT), dentre outras providências, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2015. Desta forma, a Administração efetivou a sua opção para a adoção, de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2015, gerando ajustes contábeis que foram evidenciados contabilmente, conforme artigo 66 da referida Lei. Fisicamente, os ajustes serão adicionados à medida de sua realização, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa. **4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O grupo de caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	530.274	414.083
Bancos conta movimento	8.570.474	2.144.044
Troco nas praças	36.000	36.000
	9.136.748	2.594.127
Aplicações financeiras	10.511.179	12.359.120
	19.647.927	14.953.247

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS, EXCETO O PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO)			
	2024	2023	
Receitas operacionais	100.335.356	92.078.079	
Receitas tarifárias	127.432	259.382	
Receitas assessorias	(8.983.512)	(8.245.653)	
(-) Impostos incidentes	91.479.276	84.091.808	
Receita operacional líquida	(93.972.366)	(84.714.429)	
Custo dos serviços prestados	(2.493.090)	(622.621)	
Prejuízo bruto	(1.208.665)	(1.138.678)	
Despesas operacionais:	(3.580.838)	(3.301.293)	
Despesas com pessoal	1.260.095	1.077.942	
Despesas administrativas	(3.529.408)	(3.362.029)	
Resultado financeiro, líquido	(6.022.498)	(3.984.650)	
Prejuízo do exercício	(6.022.498)	(3.984.650)	
Prejuízo do exercício por ação	(0,27)	(0,18)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM REAIS)			
	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.541.965	(40.666.401)	(18.124.436)
Prejuízo do exercício	-	(3.984.650)	(3.984.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.541.965	(44.651.051)	(22.109.086)
Prejuízo do exercício	-	(6.022.498)	(6.022.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.541.965	(50.673.549)	(28.131.584)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, por Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, as quais são registradas pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras estão vinculadas a execução do contrato.

	2024	2023
5 - Bloqueio Judicial	6.912.724	-
Bloqueio Judicial	6.912.724	-
O bloqueio refere-se a processo relacionado a ex-acionista. A Companhia está em processo de reversão deste montante, tendo em vista estar relacionado à antiga gestão.		
6 - Outros Créditos e Despesas Antecipadas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante:		
Adiantamento a fornecedores	958.857	530.404
IRRF sobre aplicações financeiras	565.420	363.790
Adiantamentos de férias	59.581	52.576
Seguros a apropriar	267.902	684.988
Depósitos Judiciais	60.552	60.552
Outros Descontos	25.516	-
	1.937.838	1.692.310

Não Circulante:		
Outros Créditos (ações judiciais)	643.475	636.188
	643.475	636.188

	Taxa de amortização anual	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em rodovia	*	294.654.032	286.101.578
Máquinas e equipamentos	*	2.667.050	2.654.446
Computadores e periféricos	*	839.201	819.747
Móveis e utensílios	*	338.151	336.351
Sistema de ar condicionado e softwares	*	6.805.527	6.546.230
Edificações e obras civis	*	4.391.284	4.391.284
Outras imobilizações	*	134.861	134.861
Investimentos em obras futuras na rodovia (nota 10)		22.340.250	9.540.080

Amortização acumulada		332.170.356	310.524.577
		(260.891.419)	(226.969.455)
		71.278.937	83.555.122
Direito da outorga	*	56.871.135	56.871.135
Variação monetária da outorga pela TBP		13.633.525	13.633.525
Amortização do direito de outorga		(56.871.134)	(54.342.989)
Amortização variação monetária da outorga		(13.633.525)	(13.633.525)
		1	2.528.146
		71.278.938	86.083.268

* Todas as rubricas acima, estão sendo amortizadas de acordo com o prazo de duração restante da concessão da rodovia, que é de 1 ano e 3 meses.

8 - Transações entre Partes Relacionadas: 8.1. Construção e Mineração Serra e Mar Ltda.: Em 2024, foram efetuados desembolsos no montante de R\$41.515.000 (R\$ 49.700.000 em 2023). Os referidos desembolsos estão em conformidade ao disposto no Contrato de Empreitada por Preço Global, e seus aditivos, para a recuperação e ampliação das Rodovias RJ-104 e RJ-116, mantido com a Construção e Mineração Serra e Mar Ltda. - COMSEMA. Os serviços executados e faturados através do fornecedor COMSEMA em 2024, correspondem a R\$29.689.193, e se resumem em medidas de proteção ambiental, alargamento e recuperação estrutural de obras de arte especiais, contenções de encostas, adequação de interseções, aplicação de microasfalto, execução de terceiras faixas de rolamento, drenagem, outros serviços emergenciais e serviços de conservação da rodovia. Tendo em conformidade com os contratos firmados entre as partes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui uma obrigação referente a serviços já faturados no montante de R\$ 5.779.332 (R\$ 18.688.984 em 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
9 - Obrigações Sociais e Fiscais		
ISSQN s/ receita	445.402	428.085
Contribuições Sociais	7.302.878	3.720.405
ISSQN de terceiros	89.221	89.221
CSLL/COFINS/PIPS de terceiros	15.180	18.322
IRRF de terceiros	30.056	29.774
INSS de terceiros	30.573	28.940
Encargos Sociais	2.702.063	1.561.198
	10.615.573	6.367.055

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária Rota 116 S/A - Nova Friburgo - RJ - Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota 116 S/A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota 116 S/A, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incertezas:** 1. Incertezas relevante relacionada com a continuidade operacional: A Companhia, por intermédio de seus assessores jurídicos, está buscando um reequilíbrio financeiro do contrato e prorrogação do prazo de duração junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. O contrato da concessionária está com o prazo de duração próximo ao término finalizado aproximadamente 1 (um) ano e 3 (três) meses e, atualmente, a Companhia vem apresentando prejuízos acumulados. A continuidade operacional da Companhia depende de ações futuras para as quais possa contar suas obrigações e atingir um nível de rentabilidade satisfatório. As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações e não incluem nenhum ajuste relacionado ao assunto acima. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto. 2. Bloqueio judicial: Conforme descrito na nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, os recursos no montante de R\$ 6.912.724 encontram-se bloqueados em decorrência de processo judicial envolvendo ex-acionista. A Administração da Companhia está adotando medidas visando à reversão desses valores, por entender que estão relacionados à antiga gestão. Entretanto, até a data deste relatório, o desfecho da referida ação permanece incerto, não sendo possível estimar seus efeitos sobre as demonstrações contábeis. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis e não se que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha

nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 31 de março de 2025: Lopes, Machado Auditores, Tax, Consultants & Business Advisers - Independent Member of BKR International - CRC - RJ-2026-0-5 - Mário Vieira Lopes - Contador - CRC- RJ-460.611/0-0 - José Carlos de Almeida Martins - Contador - CRC-RJ 056.737-4.

DIRETORIA
Diretor Superintendente Geral: Edyano Bittencourt Coutinho
CONTADOR
Responsável: CRC/RJ: 1158370-5 - Edívar dos Santos Teixeira